

STM

Cargo -

Analista Judiciário – Área Administrativa



Editais verticalizados

Superior Tribunal Militar

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

- 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.
- 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.
- 3 Domínio da ortografia oficial.
- 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual.
 - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.
 - 4.2 Emprego de tempos e modos verbais.
- 5 Domínio da estrutura morfosintática do período.
 - 5.1 Emprego das classes de palavras.
 - 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.
 - 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.
 - 5.4 Emprego dos sinais de pontuação.
 - 5.5 Concordância verbal e nominal.
 - 5.6 Regência verbal e nominal.
 - 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.
 - 5.8 Colocação dos pronomes átonos.
- 6 Reescrita de frases e parágrafos do texto.
 - 6.1 Significação das palavras.
 - 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto.
 - 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.
 - 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.
- 7 Redação Oficial.
 - 7.1 Manual de Redação da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO

- 1 Lei nº 8.457/1992 e suas alterações.
- 2 Regimento Interno do STM.
- 3 Lei nº 8.112/1990 (Regime Jurídico Único).
- 4 Lei nº 9.784/1999 (processo administrativo).
- 5 Lei nº 11.416/2006 (carreiras do Poder Judiciário).
- 6 Resolução do CNJ nº 351/2020 (Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do Poder Judiciário).
- 7 Resolução do CNJ nº 400/2021 (Política Nacional de Sustentabilidade no Âmbito do Poder Judiciário).
- 8 Resolução do CNJ nº 401/2021 (diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário).

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

- 1 Ética e moral.
- 2 Ética, princípios e valores.
- 3 Ética e democracia.
- 3.1 Exercício da cidadania.
- 4 Ética e função pública.
- 5 Ética no setor público.
- 5.1 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações.
- 5.1.1 Disposições gerais.
- 5.1.2 Atos de improbidade administrativa.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

1 Constituição.

1.1 Conceito, objeto, elementos e classificações.

1.2 Supremacia da Constituição.

1.3 Aplicabilidade das normas constitucionais.

1.4 Interpretação das normas constitucionais.

1.4.1 Métodos, princípios e limites.

2 Poder constituinte.

2.1 Características.

2.2 Poder constituinte originário.

2.3 Poder constituinte derivado.

3 Princípios fundamentais.

4 Direitos e garantias fundamentais.

4.1 Direitos e deveres individuais e coletivos.

4.2 Habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data.

4.3 Direitos sociais.

4.4 Nacionalidade.

4.5 Direitos políticos.

4.6 Partidos políticos.

5 Organização do Estado.

5.1 Organização político-administrativa.

5.2 Estado federal brasileiro.

5.3 União.

5.4 Estados federados.

5.5 Municípios.

5.6 Distrito Federal.

5.7 Territórios.

5.8 Intervenção federal.

- 5.9 Intervenção dos estados nos municípios.
- 6 Administração pública.
 - 6.1 Disposições gerais.
 - 6.2 Servidores públicos.
 - 6.3 Militares dos estados, do Distrito Federal e dos territórios.
- 7 Organização dos poderes no Estado.
 - 7.1 Mecanismos de freios e contrapesos.
 - 7.2 Poder Legislativo.
 - 7.2.1 Estrutura, funcionamento e atribuições.
 - 7.2.2 Comissões parlamentares de inquérito.
 - 7.2.3 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.
 - 7.2.4 Tribunal de Contas da União (TCU).
 - 7.2.5 Processo legislativo.
 - 7.2.6 Prerrogativas parlamentares.
 - 7.3 Poder Executivo.
 - 7.3.1 Presidente da República.
 - 7.3.1.1 Atribuições, prerrogativas e responsabilidades.
 - 7.3.2 Ministros de Estado.
 - 7.3.3 Conselho da República e de Defesa Nacional.
 - 7.4 Poder Judiciário.
 - 7.4.1 Disposições gerais.
 - 7.4.2 Órgãos do Poder Judiciário.
 - 7.4.2.1 Organização e competências.
 - 7.4.3 Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
- 8 Funções essenciais à justiça.
 - 8.1 Ministério Público.
 - 8.1.1 Princípios, garantias, vedações, organização e competências.
 - 8.1.2 Conselho Nacional do Ministério Público.
 - 8.2 Advocacia pública.
 - 8.3 Defensoria Pública.

DIREITO PENAL MILITAR

- 1 Aplicação da lei penal militar.
- 2 Crime.
- 3 Crimes contra o serviço militar e o dever militar
 - 3.1 Insubmissão.
 - 3.2 Deserção.
 - 3.3 Abandono de posto e de outros.
- 4 Crimes contra o patrimônio.
 - 4.1 Furto.
- 5 Crimes contra a incolumidade pública.
 - 5.1 Tráfico, posse ou uso de entorpecente ou substância de efeito similar.
 - 5.1.1 Casos assimilados.
 - 5.1.2 Forma qualificada.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

- 1 Lei processual penal militar e sua aplicação.
- 2 Inquérito policial militar.
- 3 Ação penal militar.

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

- 1 A evolução da administração pública e a reforma do Estado.
 - 1.1 Do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático.
 - 1.2 Convergências e diferenças entre a gestão pública e a gestão privada.
 - 1.3 Excelência na gestão dos serviços públicos.
 - 1.4 Empreendedorismo governamental e novas lideranças no setor público.
- 2 Gestão de pessoas.
 - 2.1 Conceitos e práticas relativas ao servidor público.
 - 2.2 Gestão de desempenho.

- 2.3 Comunicação.
- 2.4 Comportamento, clima e cultura organizacional.
- 2.5 Gestão por competências.
- 2.6 Gestão do conhecimento.
- 2.7 Qualidade de vida no trabalho.
- 2.8 Liderança, motivação e satisfação no trabalho.
- 2.9 Recrutamento e seleção de pessoas.
- 2.10 Análise e descrição de cargos.
- 2.11 Educação, treinamento e desenvolvimento.
 - 2.11.1 Educação corporativa.
 - 2.11.2 Educação a distância.
 - 2.11.3 Planejamento, desenvolvimento e objetivos do ensino.
 - 2.11.4 Avaliação.
- 2.12 Gestão de conflitos.
- 3 Gestão de processos.
 - 3.1 Conceitos da abordagem por processos.
 - 3.2 Técnicas de mapeamento, análise e melhoria de processos.
 - 3.3 Construção e mensuração de indicadores de processos.
- 4 Gestão de riscos.
 - 4.1 Conceitos básicos.
 - 4.2 Processo de gestão de riscos.
 - 4.3 Instâncias e responsabilidades.
- 5 Processo de mudança.
 - 5.1 Mudança organizacional, forças internas e externas, papel do agente e métodos de mudança.
- 6 Características das organizações formais modernas.
 - 6.1 Tipos de estrutura organizacional, natureza, finalidades e critérios de departamentalização.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

- 1 O papel do Estado e a atuação do governo nas finanças públicas.
 - 1.1 Formas e dimensões da intervenção da administração na economia.
 - 1.2 Funções do orçamento público.
- 2 Orçamento público.
 - 2.1 Conceito.
 - 2.2 Técnicas orçamentárias.
 - 2.3 Princípios orçamentários.
 - 2.4 Ciclo orçamentário.
 - 2.5 Processo orçamentário.
- 3 Orçamento público no Brasil.
 - 3.1 Sistema de planejamento e de orçamento federal.
 - 3.2 Plano plurianual.
 - 3.3 Diretrizes orçamentárias.
 - 3.4 Orçamento anual.
 - 3.5 Outros planos e programas.
 - 3.6 Sistema e processo de orçamentação.
 - 3.7 Classificações orçamentárias.
 - 3.8 Estrutura programática.
 - 3.9 Créditos ordinários e adicionais.
- 4 Lei de Responsabilidade Fiscal.
 - 4.1 Conceitos e objetivos.
 - 4.2 Planejamento.
 - 4.3 Dívida e endividamento.
 - 4.4 Transparência, controle e fiscalização.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1 Noções de organização administrativa.

1.1 Centralização, descentralização, concentração e desconcentração.

1.2 Administração direta e indireta.

1.3 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

2 Ato administrativo.

2.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies.

2.2 Invalidação, extinção, anulação e revogação.

2.3 Prescrição.

3 Poderes administrativos.

3.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia.

3.2 Uso e abuso do poder.

4 Licitações e contratos administrativos.

4.1 Legislação pertinente.

4.1.1 Lei nº 14.133/2021.

4.1.2 Decreto nº 11.531/2023 e Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023 (convênios e instrumentos congêneres).

4.1.3 Decreto nº 11.462/2023.

4.1.4 IN/MPOG nº 5/2017 e IN/SEGES/ME nº 98/2022.

4.2 Disposições constitucionais aplicáveis.

4.3 Disposições doutrinárias e jurisprudenciais.

4.4 Elaboração e fiscalização de contratos.

4.4.1 Cláusulas e indicadores de nível de serviço.

4.4.2 Papel do fiscalizador do contrato.

4.4.3 Papel do preposto da contratada.

4.4.4 Acompanhamento da execução contratual.

4.4.5 Registro e notificação de irregularidades.

4.4.6 Definição e aplicação de penalidades e sanções administrativas.

5 Controle da administração pública.

5.1 Controle exercido pela administração pública.

5.2 Controle judicial.

5.3 Controle legislativo.

6 Responsabilidade civil do Estado.

6.1 Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro.

6.1.1 Responsabilidade por ato comissivo do Estado.

6.1.2 Responsabilidade por omissão do Estado.

6.2 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado.

6.3 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado.

7 Acesso à informação e proteção de dados.

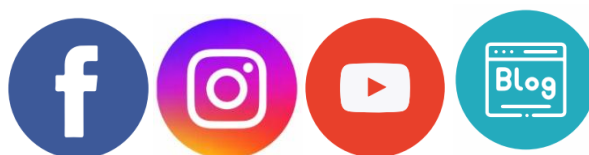
7.1 Legislação pertinente.

7.1.1 Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

7.1.2 Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!